

Ofício FJP/GAB nº. 66/2022

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2022.

Ilmo. Sr.  
Vereador Oswaldo Alves Barbosa  
Presidente da Câmara de Vereadores de Conselheiro Lafaiete  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Assunto: Resposta Ofício N. 811/2022

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2060.01.0001418/2022-92].

Senhor Presidente da Câmara,

Atendendo ao Ofício N. 811/2022, enviamos relatório anexo, com as informações solicitadas pelo Vereador Professor Oswaldo Barbosa, da Câmara de Vereadores de Conselheiro Lafaiete, sobre os trabalhos de revisão do plano diretor e legislação urbanística.

Atenciosamente,

Helger Marra Lopes  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Helger Marra Lopes, Presidente(a)**, em 22/09/2022, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53517627** e o código CRC **06AC6FB5**.

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CONSELHEIRO LAFAIETE E DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA  
REFERENTE A PARCELAMENTO DO SOLO, CÓDIGO DE OBRAS E CÓDIGO DE POSTURAS  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ENTRE AGOSTO/2021 E SETEMBRO/2022**

Em resposta ao Ofício 811/2022, encaminhado à Fundação João Pinheiro pelo Vereador Professor Oswaldo Barbosa, presidente da Câmara de Vereadores, apresentamos o presente relatório que sintetiza as atividades desenvolvidas até o momento, as quais incluem a parceria com essa respeitada Casa Legislativa, à qual agradecemos o acolhimento e as contribuições.

Os trabalhos desenvolvidos no município de Conselheiro Lafaiete regulam-se por contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a Fundação João Pinheiro em agosto de 2021, com vigência prevista de 20 (vinte) meses, e o correspondente Plano de Trabalho, que detalha o escopo dos trabalhos, a metodologia adotada, as responsabilidades de cada entidade, os produtos e o cronograma. Iniciam-se com a revisão do plano diretor e concluem-se com a revisão da legislação urbanística, que deve se alinhar ao plano diretor e apoiar a sua implementação.

Os trabalhos são elaborados por uma equipe multidisciplinar de especialistas da Fundação João Pinheiro que pertence a diferentes coordenações temáticas da Diretoria de Políticas Públicas e da Diretoria de Estatística e Informação, contando com o apoio da equipe da Assessoria de Comunicação Social.

A abertura dos trabalhos ocorreu no I Seminário de Urbanismo, em novembro de 2021, com Audiência Pública na Câmara de Vereadores, quando foi apresentado o Plano de Trabalho.

A seguir, foram desenvolvidos os trabalhos relativos aos diagnósticos de cada política tratada no plano diretor – ordenamento territorial, mobilidade e acessibilidade, meio ambiente, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social – disponibilizados pela Prefeitura em seu site, para conhecimento da população. Esses diagnósticos envolveram estudos e pesquisas em dados secundários e documental, tanto relacionados às políticas tratadas como ao conhecimento da realidade municipal, complementados por entrevistas, reuniões e trabalhos de campo com diversos setores da prefeitura municipal e da sociedade, aos quais agradecemos a parceria. Os arquivos dos diagnósticos foram entregues à Prefeitura Municipal em março e abril de 2022.

Esses estudos técnicos embasaram a realização de um conjunto de oficinas participativas, para escuta da população com relação às suas expectativas e demandas, após consulta pública virtual. Foram seis oficinas distribuídas em todo o território municipal, sendo duas na Sede municipal – uma delas na Câmara de Vereadores, apresentando os resultados da consulta pública e outra dedicada às áreas de habitação de interesse social; uma no distrito de Buarque de Macedo; e três centralizadas em São Gonçalo, Rancho Novo e São Vicente, envolvendo as comunidades do entorno. As contribuições recebidas se referiram às expectativas e necessidades da população com relação a todas essas políticas e foram fundamentais na construção das propostas preliminares. Agradecemos com ênfase a todos que estiveram presentes e contribuíram com os trabalhos em desenvolvimento. As oficinas ocorreram no período de 27 de abril a 10 de maio de 2022.

Fundamentadas nos estudos técnicos e nas contribuições recebidas nas entrevistas, reuniões, trabalhos de campo e oficinas foram construídas as propostas preliminares para a revisão do plano diretor em cada política tratada. Os arquivos das propostas preliminares foram entregues à Prefeitura Municipal em julho de 2022.

O momento atual é de afinar essas propostas por meio de mais uma rodada de discussões. Elas foram disponibilizadas à população por meio do site da Prefeitura e agora serão apresentadas em seminário aberto ao público, para receber contribuições, programado para 20 de setembro de 2022, mais uma vez em parceria com a Câmara de Vereadores.

As contribuições recebidas durante o seminário serão analisadas e incorporadas às propostas em construção, na medida em que se refiram ao escopo do plano diretor e remetidas para a legislação urbanística, quando assim for o caso.

Os próximos passos compreendem: 1) a elaboração do relatório do processo participativo, previsto para outubro, pelo fato do seminário estar ocorrendo agora em setembro, contendo todos os registros das oficinas realizadas e do seminário em curso; 2) a redação do anteprojeto do plano diretor, com previsão de mais uma Audiência Pública em dezembro e entrega final em fevereiro de 2023; e a revisão da lei de parcelamento e dos códigos de obras e posturas, que devem se iniciar ainda em novembro, com previsão de entrega até abril de 2023.

Quanto às contribuições do presidente da Câmara de Vereadores, professor Oswaldo Barbosa, ao qual reforçamos nossos agradecimentos pelo apoio constante dessa Casa, informamos que foram levantadas e mapeadas as áreas alagáveis da cidade, assim como os espaços livres e com vegetação. As propostas de ordenamento territorial e da política ambiental tratam de ambos os temas, de forma integrada, tendo como princípio a sustentabilidade e o direito de todas e todos à cidade.

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2022.



Maria Izabel Marques do Valle

Coordenação de Planos Diretores e de Desenvolvimento  
Diretoria de Políticas Públicas  
Fundação João Pinheiro